

MPE PROCESSA UNIEMP E MARIA HELENA GUIMARÃES POR SUPOSTOS ATOS DE IMPROBIDADE

Ana Aranha
Jornalista

Robson Martins



Maria Helena Guimarães, ex-secretária da Educação de SP. No destaque, logo da Uniemp

Ao investigar as atividades do Instituto Uniemp, que recebeu dos governos do PSDB, entre 2001 e 2006, nada menos do que R\$ 85 milhões em contratos sem licitação, o Ministério Público Estadual descobriu, além da minúscula entidade que conta com apenas 20 funcionários mas “dispõe-se a fazer de tudo em qualquer área do conhecimento humano”, uma complexa rede de conexões entre gestores tucanos como a ex-secretária da Educação Maria Helena Guimarães de Castro, o ex-reitor Carlos Vogt, o ex-presidente da Imprensa Oficial Sérgio Kobayashi e outros

Uma entidade capaz de prestar serviços nas áreas de educação, astronomia, saúde, biologia, administração, política pública, pesquisa tecnológica, informática, engenharia mecânica, civil, química e de alimentação. E que, graças a sua expertise em cada uma dessas áreas, assumiu contratos sem licitação com 16 órgãos do estado de São Paulo. Tudo isso com apenas 20 empregados.

O Instituto Uniemp, Fórum Permanente das Relações Universidade-Empresa, poderia passar como mais uma das entidades privadas que prestam serviço ao Estado sem o crivo dos processos licitatórios — procedimento cada vez mais comum, principalmente na relação com as fundações e organizações não governamentais. Mas sua atuação em atividades

irregulares já vinha provocando denúncias (vide *Revista Adusp* 31, p. 97, e 41, p. 63). Por fim, as altas cifras movimentadas pelo instituto, que é uma entidade privada sem fins lucra-

O promotor Saad Mazloum quer a condenação de Maria Helena por improbidade. Pede ainda perda da função pública e suspensão dos direitos políticos da ré por cinco a oito anos. Ela ainda pode ter de pagar multa de R\$ 4,4 milhões

tivos com sede em Campinas, chamaram a atenção do Ministério Público Estadual (MPE) de São Paulo.

O objetivo estatutário do Uniemp é “promover o entrosamento entre

programas do governo federal, estadual e municipal para desenvolvimento técnico”. De fato, o instituto conseguiu firmar um estreito entrosamento com as contas do governo estadual de São Paulo, que lhe confiou R\$ 85 milhões entre 2001 e 2006 em contratos sem licitação.

O promotor de justiça do Patrimônio Público Saad Mazloum se debruçou sobre esses casos e o primeiro resultado da investigação, que ainda não está concluída, é uma Ação Civil Pública por Atos de Improbidade Administrativa. Ele pede a condenação do Uniemp e todas as pessoas e empresas envolvidas em um contrato de 2003 com a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social (Seads), gestão de Geraldo Alckmin.

A principal ré da ação é a soci-

óloga Maria Helena Guimarães de Castro, que era, na época, a titular da Seads. O MPE pede sua condenação por improbidade administrativa, perda da função pública e suspensão dos direitos políticos por cinco a oito anos. Ela ainda pode ter de pagar multa de até R\$ 4,4 milhões.

Maria Helena ocupou cargos de primeiro escalão em diferentes gestões estaduais tucanas. Além da Seads, esteve à frente da Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico na gestão Alckmin e da Secretaria da Educação na gestão José Serra. No governo Fernando Henrique, foi presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas em Educação (Inep) e, no Distrito Federal, foi secretária da Educação na gestão de José Roberto Arruda.

O promotor Mazloum responsabiliza ainda a chefe de gabinete de Maria Helena na Seads, Clair de Oliveira, além de três empresas que foram subcontratadas pelo Uniemp para execução do contrato: o Instituto Via Pública, a assessoria de comunicação MTB e a empresa Acesso Negócios e Serviços. Se houver condenação, além da multa, o conjunto de réus deve ressarcir o Estado pelo dano causado ao erário, que equivale ao valor do contrato em questão: R\$ 2,25 milhões.

Esse valor corresponde ao total repassado pela Seads ao Uniemp para prestação de serviços ao longo de um ano. O Uniemp se propunha a auxiliar a Secretaria em sua função mais básica: avaliar os serviços prestados,

formular políticas públicas e monitorar sua execução. Até aí, tudo dentro da lei. O problema é que, para isso, o instituto foi contratado sem licitação e repassou o serviço a terceiros — o que, para o MPE, caracteriza o Uniemp como “mero intermediário”. Por isso, os R\$ 195 mil que ficaram no caixa do instituto foram enquadrados como superfaturamento.

O inquérito para investigar o caso foi instaurado em 2007, depois que o jornal *Diário de São Paulo* publicou a contagem dos contratos feitos sem licitação com o instituto. Na época,

O governo entrou com pedido de dispensa de licitação, aprovado pelo Tribunal de Contas (TCE), alegando que o Uniemp seria o mais qualificado para o serviço. Mas o instituto sequer listava em seu objeto social as finalidades requeridas

o deputado estadual Simão Pedro (PT) entrou com uma representação no MPE para que os promotores investigassem o caso. “A terceirização de serviços do governo só cresce. Em 2010, respondia a 10% do orçamento do Estado”, afirma o parlamentar. “Um dos principais problemas gerados por esse formato é a falta de controle. Quando não é o Estado que presta o serviço, a fiscalização se restringe apenas à forma de contratação — quando isso é observado. Perde-se qualquer tipo de controle sobre o serviço prestado”.

Depois de fazer uma devassa na

prestação de contas e ouvir os diretores do instituto e responsáveis na Seads, o promotor Mazloum concluiu que o único serviço prestado pelo Uniemp foi mesmo o de repassar tarefas para outras empresas e consultores, que não passaram pelo crivo do Estado. Não há como avaliar, portanto, o serviço que as subcontratadas forneceram.

O esquema de contratação teve início quando a Seads fez uma consulta a um grupo de quatro entidades, dando indicações genéricas sobre os serviços que pretendia contratar. A

secretaria não consultou todas as entidades reconhecidas na área e que poderiam executar as mesmas funções. A Fundação Getúlio Vargas, por exemplo, ficou de fora da consulta. Chamou a atenção do promotor, ainda nessa etapa, o fato de uma das entidades consultadas ter sido a assessoria MTB. A empresa ofertou valor superior aos R\$ 2,25 milhões e, meses depois, foi subcontratada por R\$ 185 mil

para prestar o serviço. A MTB é uma das empresas réis do processo.

Depois dessa consulta, que ocorreu no início de 2003, o governo entrou com o pedido de dispensa de licitação, aprovado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), sob argumento de que o Uniemp seria o mais qualificado para o serviço. O promotor nota, porém, que além de haver outras entidades habilitadas para o trabalho de avaliação e monitoramento de políticas públicas, o Uniemp sequer listava essas finalidades em seu objeto social.

Um dos requisitos indispensáveis para a dispensa de licitação, de

acordo com a lei 8.666/93, é possuir “inquestionável reputação ético-profissional” na área em questão. No texto da ação, o MPE argumenta que a entidade está longe de se encaixar nesse critério: “Não reúne mínimas habilidades de, por si mesma, desempenhar os serviços para os quais foi contratada – e regiadamente remunerada”.

Nesse ponto, os questionamentos vão muito além do contrato com a Seads. Mazloum aponta problemas intrínsecos ao modo de funcionamento do Uniemp em toda a sua estrutura, e que podem se estender à investigação de outros contratos: “Resta claro que a contratada não possui habilitação ou especialidade em qualquer área”. E continua: “Sequer é possível saber ao certo qual exatamente a finalidade do Instituto Uniemp. Tão genéricas suas finalidades, dispõe-se tal entidade a fazer de tudo, absolutamente tudo, em qualquer área do conhecimento humano (na verdade não executa nada, como se verá adiante). Obviamente desde que haja dinheiro para sua contratação”.

Outro ponto explorado pela ação e que pode comprometer não só o Uniemp, mas responsáveis pelos outros 15 órgãos do Estado que assinaram contratos seguindo o mesmo *script*, é a caracterização do instituto como intermediário. Os vinte funcionários contratados pelo instituto entre 2001 e 2006 trabalhavam com tecnologia da informação, gerenciamento financeiro, secretariado, atendimento, digitação, recepção,

faxina e entrega. Havia apenas dois especialistas na área de inovação farmacêutica. Para prestar o serviço fim, portanto, a regra no Uniemp era terceirizar toda a atividade especializada para consultores sem vínculo trabalhista e para outras entidades. Sistemática que é ainda mais grave quando se leva em consideração que o contrato foi sem licitação — situação que, segundo a Lei das Licitações, obriga a contratada a executar diretamente o serviço.

Parece existir intrincada rede de conexões entre pessoas que alternam o exercício de cargos em instituições públicas e em consultorias privadas.

Cláudio Falcone foi fiscal do TCE antes de virar coordenador de projeto do Uniemp

A divisão de tarefas ocorreu em 13 de maio de 2003, o mesmo dia em que o contrato entre Uniemp e Seads foi assinado. Nessa data, a Via Pública e a Acesso foram contratadas para elaborar “produtos que propiciem insumos” para execução do contrato. E a assessoria MTB para fornecer “suporte gerencial para desenvolvimento” do contrato. Além dessas, outras empresas e consultores prestaram serviço, mas esses sem nenhum contrato: emitiram apenas notas de “consultoria”.

Até o coordenador do contrato em questão, Claudio Falcone, era consultor. Em depoimento, ele relatou o que era feito no instituto:

reunir os relatórios sobre os serviços prestados, feitos pelas empresas subcontratadas, e consolidá-los em um documento só. “O Uniemp apenas imprimia esse relatório consolidado utilizando papel timbrado”, disse Falcone em seu depoimento. Daí a conclusão de Mazloum: “A diferença, R\$ 195.757, foi embolsada pelo instituto sem que tenha jamais participado de qualquer etapa da execução dos serviços contratados”.

Sempre como consultor, Falcone participou de outros contratos entre o Uniemp e o governo estadual. Um deles foi com a antiga Febem (hoje Fundação Casa) no valor de R\$ 5,2 milhões. Mas, para a execução desse trabalho de remodelagem da fundação entre 2005 e 2006, o instituto também repassou tarefas. Nesse caso, R\$ 1,8 milhão foram para o Núcleo de Gestão Pública, entidade que nasceu de um grupo temático do Uniemp em 1999.

As ações do instituto parecem revelar uma intrincada rede de conexões entre pessoas que alternam o exercício de cargos em instituições públicas e em consultorias privadas. Um troca-troca de chapéus que, no mínimo, facilita o estreitamento de relações entre instituições que deveriam ser isentas. Falcone, por exemplo, foi fiscal do TCE antes de se aposentar e virar consultor e coordenador de projeto do Uniemp. O mesmo tribunal que aprovou os mais de 60 contratos sem licitação com o instituto. O TCE, aliás, firmou um contrato próprio com o Uniemp pelo menos uma vez. Repassou R\$

144 mil em 2003, período em que o Uniemp supostamente elaborou um banco de dados do sistema de informações do tribunal.

O celeiro dessa rede foi a Unicamp, onde nasceu uma importante parte das ligações que alimentaram o instituto. O Uniemp foi fundado em 1992 por Carlos Vogt, período em que era reitor da universidade estadual. Outro importante fundador do instituto, Francisco Ciacco, era pró-reitor de Extensão da Unicamp no ano em que o instituto foi fundado. Mais tarde, em 2001, ele assumiu a diretoria-executiva. Em depoimento ao MPE, Ciacco confirmou que conheceu a então secretária estadual Maria Helena, com quem firmou contrato sem licitação, bem antes que fosse celebrado o contrato. Onde se conheceram? Na Unicamp, onde Maria Helena é professora assistente desde 1985.

Vogt foi presidente-executivo do instituto desde sua fundação até 2001 para, no ano seguinte, assumir a presidência da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), onde ficou até 2007. Já em 2001, o Uniemp assumiu a produção, distribuição e comercialização da *Revista da Fapesp*. Daí até 2008, o instituto firmou diversos contratos com a Fapesp: desde formação de pessoal em Cuiabá, até execução do Projeto Rede ANSP (Academic Network São Paulo), um importante ponto de conexão na Inter-

A educação foi uma das áreas que mais passaram verba ao Uniemp, através da FDE, que administra o orçamento da educação básica estadual. Entre 2001 e 2004, a FDE repassou R\$ 11,2 milhões ao instituto, sem licitação

net no Brasil, que centraliza as redes das universidades e centros de pesquisa em São Paulo. Depois de passar pela Fapesp, Vogt foi nomeado secretário de Ensino Superior em 2007, no governo Serra, quando lançou a Universidade Virtual (Univesp).

A educação foi uma das áreas que mais repassaram verbas ao Uniemp, através da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), que administra o orçamento da educação básica estadual. Entre 2001 e 2004, a FDE repassou R\$11,2 milhões ao instituto, sem licitação. No contrato de maior valor, R\$ 6,8 milhões foram repassados para um projeto piloto de

No balanço geral de repasses sem licitação para o Uniemp entre 2001 e 2006, o vencedor foi a Imprensa Oficial, R\$ 11,9 milhões. Na sua maioria, contratos firmados em 2002, sem licitação, na gestão de Sérgio Kobayashi

“intervenções físicas em 50 escolas com reestruturação administrativa e gerencial no sistema de manutenção de prédios escolares”. Os outros contratos na educação variam desde a criação de um sistema integrado de biblioteca para três mil escolas de ensino médio até um contrato nomeado “Conscientização da qualidade total”.

O peso da rede de relações na lógica dos contratos fica bastante claro no depoimento de Francisco Ciacco. Ele revela que, na época da subcontratação do Instituto Via Pública para o contrato com a Seads, ele desconhecia qualquer trabalho prestado anteriormente por esse instituto. O único motivo, segundo seu depoimento, que o levou a contratar o Via Pública foi colocar Pedro Paulo Martoni Branco como coordenador técnico do projeto com a Seads. Branco é diretor executivo do Via Pública e, como referência de sua capacidade técnica, Ciacco cita o fato de ele ter sido diretor executivo da Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados). Ou seja, o Uniemp, instituição privada, foi contratado pelo governo estadual e repassou o serviço a outro instituto privado, porque este era coordenado por um ex-funcionário público estadual.

No caso da ação que corre contra a Seads, os réus e diretores das entidades envolvidas já foram ouvidos pelo promotor e estão agora sendo procurados para dar sua versão

à Justiça. A ação está na 14ª vara da Fazenda Pública e ainda pode ser contestada antes de a justiça decidir se aceita ou não a denúncia.

Mas o MPE ainda tem muito material para investigar. No balanço geral de repasses sem licitação para o Uniemp entre 2001 e 2006, o vencedor em volume de verbas públicas foi a Imprensa Oficial do Estado com R\$ 11,9 milhões. Na sua maioria, esses contratos foram firmados em 2002, sem licitação, na gestão de Sérgio Kobayashi. No ano seguinte, Kobayashi assumiu a direção do FDE. Coincidentemente, nesse mesmo ano a fundação também firmou a maior parte dos seus contratos com o Uniemp. Kobayashi, que já coordenou as campanhas eleitorais de José Serra e Gilberto Kassab, também tem sua própria entidade privada que presta serviços para o estado: o Instituto Paulo Kobayashi.

Depois da Imprensa Oficial, o segundo órgão estadual que mais repassou verba sem licitação para o Uniemp foi a Fundação para o Remédio Popular (Furp), no montante de R\$ 11,8 milhões. O contrato que, sozinho, repassou o maior volume de recursos foi para o gerenciamento da fábrica de Américo Brasiliense da Furp: R\$ 9,4 milhões sem licitação.

A Funap, fundação estatal que trabalha com a reinserção de presos, foi a terceira colocada nos repasses totais ao instituto, que recebeu dela a cifra de R\$ 11,2 milhões sem licitação. O maior contrato, nesse caso, foi de R\$ 4,4 milhões para realização de uma pesquisa sobre o perfil dos presos e elaboração de um filme institucional.

“AÇÃO ESTÁ EM FASE INICIAL, O JUIZ

“A ação proposta pelo Ministério Público está em fase inicial, na qual o Juiz responsável pelo caso ainda não avaliou, nem se manifestou sobre os requisitos que possam levar ao prosseguimento”, declarou à *Revista Adusp* a professora Maria Helena Guimarães de Castro. “Qualquer comentário sobre o tema, neste momento, se mostra prematuro já que a matéria questionada ainda não foi adequadamente definida pelo Poder Judiciário”.

O Instituto Uniemp informou que ainda não foi citado. “Porém, cabe ressaltar que foi contratado pela Seeds em 19/5/2003 em conformidade à Lei de Licitações, através de seu Artigo 24, Inciso XIII, com Dispensa de Licitação, tendo sido julgado pela regularidade pelo Egrégio Tribunal de Constas do Estado de São Paulo”.

Sobre as subcontratações, o instituto declarou que “trabalha com um quadro reduzido de profissionais especializados e à medida que são assinados os contratos, os especialistas são contratados. Apenas quando há necessi-

dade de atividades consideradas ‘meio’, que fogem do objetivo do Uniemp, as pessoas jurídicas são contratadas, o que significa uma porcentagem muito pequena em relação a todo o contrato”.

O Uniemp também negou superfaturamento: “Todos os contratos firmados seguem os preços de mercado, portanto não há e nunca houve em nenhum contrato superfaturamento”.

Via Pública

O diretor executivo do Instituto Via Pública, Pedro Paulo Martoni Branco, declarou que a entidade “não recebeu qualquer tipo de notificação ou citação até o presente momento”. Segundo o diretor, o Via Pública “desenvolveu plenamente as atividades que lhe foram atribuídas pelo Uniemp, cabendo a este a coordenação geral de todos os atores por ele selecionados e mobilizados para dar conta do objeto contratado pela Seeds”.

Sobre o depoimento de Francisco Ciacco, Martoni Branco afirma o seguinte: “Não corresponde ao depoimento o que nos

Entre os recordistas de contratos individuais sem licitação encontra-se a Companhia Paulista de Obras e Serviços (CPOS), que repassou mais de R\$ 8,5 milhões para o Uniemp montar um banco de da-

dos em 2005. Em 2009, outro contrato foi assinado com o instituto, mais uma vez sem licitação, em que a CPOS repassa R\$ 5,4 milhões para o Uniemp a título de “acréscimo de prazo” para criação de banco de

AINDA NÃO SE MANIFESTOU”, DIZ MARIA HELENA

diz a jornalista ao atribuir-lhe a afirmação de que ‘o Via Pública só foi contratado para que o senhor Pedro Paulo Martoni Branco pudesse ser coordenador técnico do projeto com a Seads’. O que diz o Sr. Ciacco nos autos é que o Sr. Pedro Paulo Martoni Branco, a quem ele diz não conhecer pessoalmente, era pessoa reconhecidamente qualificada profissionalmente para responder pela coordenação das atividades que foram atribuídas ao Instituto Via Pública e a sua presença fortaleceu a decisão do Instituto Uniemp de contar com o Instituto Via Pública para desenvolver as tarefas que o Uniemp atribuiu, por contrato a essa entidade”.

Ainda segundo Martoni Branco, “a responsabilidade global pela execução da totalidade do objeto coube ao Instituto Uniemp, não sendo correta, portanto, a afirmação de que ‘subcontratou a Via Pública’. Outros atores também participaram e responderam por parcelas importantes do trabalho e coube ao Uniemp fazê-los atuar de maneira integrada e complementar”.

MTB

Maria Ignez Bastos, presidente da MTB, informou não haver recebido, até o momento em que foi consultada pela reportagem, “nenhuma intimação ou notificação acerca do processo noticiado, não havendo, portanto, de nossa parte, qualquer oferta de manifestação prévia ou contestação”. Sobre a consulta feita pela Seads e a oferta inicial de valor do contrato, alegou que a diferença entre o que a empresa pedira e o que veio a receber decorre do volume de serviços oferecidos num e noutro caso.

“A MTB foi, sim, convidada pela Seads a oferecer cotação de preços para a realização integral dos serviços. O fez com satisfação profissional. O que ocorreu então foi que o Instituto Uniemp reconheceu que a MTB poderia ser convidada a desenvolver uma parte do objeto contratado junto a Seads com o respaldo de sua expertise. E acabou vindo de fato a fazê-lo de modo impecável e em condições de prazos e custos totalmente compatíveis com os valores propostos pela entidade”, disse ela.

“O volume de serviços que foram executados é parte pequena de tudo o que fora estimado pela MTB para a hipótese de vir a ser contratada para a realização de todo o objeto que fora especificado pela Seads e nesta justa medida devidamente cotado por esta empresa”.

“Terá que provar”

Clair de Oliveira, chefe de gabinete da Seads no período, co-ré na ação proposta pelo MPE, destacou que “todo o procedimento de contratação do Uniemp, com dispensa de licitação, foi cancelado pela Procuradoria da Fazenda do Estado de São Paulo e pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo”. “A ação está em sua fase inicial, o Ministério Público ainda terá que provar que suas alegações são verdadeiras e que meus atos como chefe de gabinete da Seads foram irregulares e prejudiciais ao erário público”.

Carlos Vogt, atualmente assessor especial do governo de São Paulo, não respondeu as questões enviadas à sua assessoria. A empresa Acesso não foi localizada pela reportagem.

dados “para mapear os núcleos a serem regularizados e dar apoio à regularização imobiliária”.

No período investigado, o instituto também firmou contratos com a Prefeitura de São Paulo, na gestão

de Marta Suplicy, e com o governo federal, em valores menores.

De 2007 para cá, quando o MP instaurou o inquérito civil para investigar os repasses, caiu drasticamente o número de contratos entre

o Uniemp e o governo estadual. De acordo com o site oficial, não há contratos vigentes com o Estado. O Uniemp parece concentrar suas parcerias com o setor público, agora, em contratos com prefeituras.